



Artigo

Infância(s), Educação Infantil e Cidadania na Produção Acadêmica Brasileira (2014-2023)

Cleriston Izidro dos Anjos

Universidade Federal de Alagoas
cianjos@yahoo.com.br | ORCID 0000-0003-1040-4909

Luciana Aparecida de Araujo

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
luciana.a.araujo@unesp.br | ORCID 0000-0003-1147-5039

Resumo

Embora os direitos das crianças estejam assegurados em documentos legais, práticas educativas precisam assegurar o exercício da cidadania, seja nas relações, no diálogo entre adultos e crianças desde bebês. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo revisar e sintetizar a produção acadêmica sobre as intersecções entre infância(s), educação infantil e cidadania, com destaque para as questões de igualdade e equidade entre homens e mulheres desde a infância, como um possível caminho para a construção de uma sociedade não violenta. Por meio da revisão bibliográfica, foi realizada investigação de teses, dissertações, artigos e trabalhos de conclusão de curso, de produções correspondentes com a temática, visando compreender os modos pelos quais os temas infância(s), educação infantil e cidadania interagem nessas produções e impactam as vivências das crianças pequenas, desde bebês. Os dados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, considerando os seguintes eixos: a) formação docente para a primeira infância e propostas e práticas educativas na promoção da cidadania e no combate às violências; e b) infância, cidadania e políticas de atenção aos direitos das crianças. A análise das políticas públicas ressalta a necessidade de alinhar legislação e prática, garantindo a inclusão de todas as crianças na educação e priorizando a cidadania desde a infância, enquanto a formação docente deve abordar



gênero e violência, promovendo práticas educativas que desenvolvam a consciência crítica das crianças sobre desigualdades sociais.

Palavras-chave: Infância; Educação infantil; Cidadania; Gênero; Violência.

Abstract

This article aims to revisit and synthesize academic production on the intersections between childhood(s), early childhood education, and citizenship, with an emphasis on issues of equality and equity between men and women from childhood as a potential path toward building a non-violent society. By investigating theses, dissertations, articles, and final course projects, the study seeks to understand how the themes of childhood(s), early childhood education, and citizenship interact in these productions and impact the experiences of young children, from infancy. The data were analyzed descriptively and interpretively, considering the following axes: a) teacher training for early childhood and educational proposals and practices promoting citizenship and combating violence; and b) childhood, citizenship, and policies regarding children's rights. The analysis of public policies highlights the need to align legislation with practice, ensuring the inclusion of all children in education and prioritizing citizenship from early childhood, while teacher training should address gender and violence, promoting educational practices that develop children's critical awareness of social inequalities.

Keywords: Childhood; Early childhood education; Citizenship; Gender; Violence.

Introdução

Este artigo busca revisar e sintetizar a produção acadêmica sobre as intersecções entre infância(s), educação infantil e cidadania, com especial ênfase nas questões de igualdade e equidade entre homens e mulheres desde a infância. A pesquisa visa contribuir para o debate sobre a necessidade de construção de uma sociedade não-violenta, partindo da compreensão de que as experiências infantis, quando orientadas por princípios de equidade e cidadania, podem desempenhar um papel importante na formação de pessoas mais conscientes e engajadas socialmente na construção de um mundo mais justo, humano e solidário. A partir da análise de teses, dissertações, artigos e trabalhos de conclusão de curso de graduação, este estudo examina



como os temas infância(s), educação e cidadania interagem nessas pesquisas e impactam diretamente as vivências das crianças em contextos de educação infantil.

A análise dos dados foi orientada por dois eixos principais: a) Formação docente para a primeira infância, incluindo propostas e práticas educativas voltadas à promoção da cidadania e ao combate às violências; e b) Infância, cidadania e políticas públicas de atenção aos direitos das crianças. Esses eixos permitiram uma análise descritiva e interpretativa, buscando compreender como a produção acadêmica discute essas questões e propõe soluções que impactam diretamente o cotidiano das crianças.

Ao abordarmos o tema da cidadania na infância, é fundamental reconhecer que este não é um processo que se inicia em uma determinada idade. As crianças, desde o nascimento, fazem parte da sociedade e possuem direitos que precisam ser respeitados e assegurados. Reconhecê-las como cidadãs implica criar práticas educativas emancipadoras que respeitem suas singularidades e fomentem o exercício da cidadania desde a creche. O papel da educação infantil, nesse sentido, é proporcionar às crianças um ambiente de experiências em que elas estejam envolvidas nas decisões que afetam seu cotidiano, promovendo uma participação constante e efetiva em práticas sociais que as acompanharão ao longo da vida.



Embora os direitos das crianças estejam assegurados em documentos legais (Brasil, 1988¹; Brasil, 1990a²; Brasil, 1990b³; Brasil, 1993⁴; Brasil, 1996⁵; Brasil, 2009⁶; Brasil, 2014⁷; Brasil, 2015⁸; Brasil, 2016⁹), é essencial que as práticas educativas cumpram seu papel de proporcionar atividades que favoreçam o exercício da cidadania. Nesse contexto, educadores e educadoras são desafiados a romper com práticas adultocêntricas que silenciam as vozes das crianças e a adotar posturas que

¹ A Constituição Federal de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", é a lei máxima do Brasil, criada na redemocratização pós-ditadura. Promulgada em 5 de outubro de 1988, possui 250 artigos e proíbe alterações em suas Cláusulas Pétreas, sendo referência no ordenamento jurídico do país.

² O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, é o marco legal dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Define medidas protetivas e socioeducativas, substituindo o modelo assistencialista pelo reconhecimento de crianças e adolescentes como pessoas de direitos, com prioridade absoluta em políticas públicas.

³ _A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) garante proteção integral, destacando os direitos à educação, vida, não-discriminação e participação. Ratificada pela maioria dos países, incluindo o Brasil, promove o interesse superior da criança e inclui protocolos sobre conflitos armados, exploração e pornografia infantil. É um marco global de proteção infantil.

⁴ A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993, assegura direitos essenciais a crianças e jovens em vulnerabilidade, promovendo acesso à assistência social, saúde, educação e cultura. Por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC), apoia famílias de jovens com deficiência, garantindo suporte financeiro e inclusão. A lei fortalece a proteção e o desenvolvimento integral, reduzindo desigualdades sociais.

⁵ A LDB (Lei nº 9.394/1996) regula a educação no Brasil, garantindo princípios constitucionais como acesso e qualidade. Prevê a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, essencial para o desenvolvimento integral das crianças até os cinco anos e onze meses de idade, promovendo cuidados e aprendizagens fundamentais para sua formação integral.

⁶ O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) estabelece diretrizes para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral de crianças até seis anos. Reconhece a importância da primeira infância, promovendo saúde, educação, proteção e direitos como o brincar e convivência familiar, além de qualificar profissionais e ampliar licenças parentais.

⁷ O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e diretrizes para o desenvolvimento da educação no Brasil, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior. Sua implementação exige a colaboração entre os entes federativos e visa garantir a universalização, qualidade e equidade do acesso à educação.

⁸ A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) visa promover a saúde infantil com foco na primeira infância, garantindo cuidados integrais desde a gestação até os 9 anos. A política prioriza a atenção a populações vulneráveis, a redução da morbimortalidade e a promoção de um ambiente saudável e digno para o pleno desenvolvimento infantil.

⁹ O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) estabelece diretrizes para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças de até seis anos, com foco em saúde, educação e proteção. Destaca a importância dos primeiros anos para o desenvolvimento humano e a necessidade de intersetorialidade nas ações governamentais.



promovam espaços para que as crianças expressem suas opiniões, participem ativamente e se sintam parte integrante do ambiente que também é delas. O conceito de cidadania, portanto, estende-se para além de um direito garantido em textos legais; ele se concretiza nas práticas cotidianas, nas relações e no diálogo entre adultos e crianças desde bebês (Silva, 2021).

As crianças têm o direito de expressar suas opiniões e participar das decisões que afetam seu entorno. Elas são agentes sociais, com visões de mundo próprias, ainda que muitas vezes essas opiniões não sejam devidamente consideradas pelos adultos (Tonucci, 2005). Garantir esse direito implica, portanto, uma revisão das práticas educativas, de modo que os educadores e as educadoras passem a reconhecer as crianças como pessoas ativas, capazes de contribuir com seus pontos de vista e de participar da construção de uma sociedade mais justa, humana, solidária e inclusiva.

Além disso, ao discutirmos os direitos das crianças, é crucial destacar aquelas que têm sido privadas de exercê-los, como é o caso das crianças que vivem em contextos de violência — seja ela física, moral ou sexual —, e das que enfrentam as consequências das desigualdades sociais, seja pela cor de sua pele ou pela sua condição socioeconômica, dentre outros aspectos. Essas crianças, muitas vezes invisibilizadas, requerem uma atenção especial das políticas públicas e das práticas educativas, que precisam ser repensadas para atender às suas necessidades e garantir o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Diante desse cenário, este artigo revisita a produção acadêmica com o objetivo de identificar e analisar como as intersecções entre infância(s), educação infantil, cidadania têm sido discutidas. O enfoque nas questões de igualdade e equidade entre homens e mulheres desde a infância se apresenta como um caminho possível para a construção de uma sociedade não violenta, em que o respeito pelos direitos humanos e pela diversidade seja a base para as interações sociais.

Para alcançar esse objetivo, optou-se pela revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa, conforme sugerem Moreira & Caleffe (2008). A pesquisa foi realizada por meio do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, utilizando o mecanismo de busca da Oasisbr para localizar produções científicas relacionadas à temática proposta. O processo incluiu a busca avançada com os termos "Infância", "Educação Infantil" e "Cidadania", combinados pelo operador booleano AND, delimitando o período de 2014 a 2023. A busca inicial resultou em 40



produções acadêmicas, que, após a aplicação de critérios de exclusão, foram reduzidas a 15, abrangendo trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações, teses e artigos. Os critérios de exclusão adotados incluíram: produções sem relação direta com o tema, duplicidades e indisponibilidade de arquivos completos.

As produções selecionadas foram sistematizadas em dois eixos de análise: a) Formação docente para a primeira infância e propostas educativas que promovam a cidadania e combatam as violências; e b) Infância, cidadania e políticas públicas voltadas aos direitos das crianças. A análise desses eixos permitiu uma reflexão sobre as práticas educativas e as políticas educacionais voltadas à primeira infância, ressaltando a importância da formação de educadores e de educadoras para lidar com as questões de cidadania de forma crítica e potencialmente transformadora.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre as intersecções entre infância(s), educação infantil e cidadania, com foco na promoção da igualdade de gênero e no combate às diversas formas de violência que permeiam a vida das crianças, desde bebês. Ao revisitar as produções acadêmicas mais recentes sobre o tema, pretende-se também oferecer subsídios para a formulação de práticas educativas que respeitem as singularidades das crianças e garantam seu pleno desenvolvimento como cidadãos participativas na sociedade.

Esse caminho, conforme apontam Moreira & Caleffe (2008), não apenas amplia o conhecimento sobre o tema, mas também oferece bases sólidas para que educadores e educadoras repensem suas práticas educativas. Em nossa perspectiva, isso contribui para o fortalecimento do papel da educação infantil como uma instituição promotora de cidadania ativa.

A seguir, serão apresentados os trabalhos selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão mencionados acima, conforme o primeiro eixo de análise. Esse eixo abrange pesquisas voltadas à formação docente para a primeira infância, com ênfase nas propostas e práticas educativas que promovem a cidadania e enfrentam as violências.



Formação Docente e Práticas Educativas na Primeira Infância: Promoção da Cidadania e Combate às Violências

Este eixo foi composto por sete produções acadêmicas, sendo cinco dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e um artigo científico, que discutem tanto questões relacionadas à formação docente para a primeira infância, com foco na igualdade de gênero, como também apresentam propostas e práticas para a promoção da cidadania e combate às violências.

Pensando em formar e informar o professor da educação infantil em relação à cidadania, Michelle Nalepa (2021, p. 10) desenvolveu a dissertação intitulada “A cidadania na formação de professores dos centros municipais de educação infantil em um município do estado do Paraná”. O objetivo da autora era promover a formação docente por meio de uma *live* realizada no YouTube para docentes da educação infantil de uma cidade do Paraná, cuja temática era educação em direitos humanos. Serviram de base para o estudo as leis e documentos oficiais brasileiros que discutem a primeira infância, além de literatura relacionada à temática de educação em direitos humanos. Segundo a autora, foi possível observar o número expressivo de participações durante a *live*, a saber: 741 visualizações, 85 participações pelo *chat*, com curtidas e compartilhamentos. Para ela, a ausência de abordagens que envolvam os direitos humanos na formação de professores para a cidadania deixa uma lacuna em relação às questões pessoais. Estudos dessa natureza podem contribuir para uma educação em e para os direitos humanos. A autora afirma ainda que a proposta da *live* contribuiu para uma educação mais humanizadora, respeitando a diversidade de seus sujeitos.

Katia Salib Deffaci (2021, p. 6), em sua tese “Educação somática e primeira infância na licenciatura em dança”, investiga a formação de professores nos “entrelugares” da licenciatura em dança e da educação infantil. Como fundamento, o estudo parte do descentramento do adulto, do direito da criança à arte e à educação como direitos à cidadania. A autora questiona “quais sínteses podem ampliar a formação de licenciadas e licenciados em dança na prática de um projeto de extensão em uma escola pública de educação infantil.”

Nos entrelugares, a tese defende um encontro através da espiral. De movimento concêntrica e excêntrica, a espiral propõe a criança em seu centro. Partindo da criança e voltando à criança em movimento contínuo dançam as contribuições da educação somática na dança; as especificidades da



Educação Infantil; e a prática e a experiência em dança com as crianças na formação de professores. A espiral valoriza a escuta e a observação, a inteireza com as crianças na dança e a roda como encontro de troca tanto entre professores artistas em formação quanto como na prática com as crianças. (Deffaci, 2021, p. 6)-

A pesquisa foi desenvolvida com crianças de 4 a 6 anos de idade e metodologicamente se sustenta na prática e narrativa como método de investigação. Deffaci (2021) conclui que, para que a arte e a dança se efetivem enquanto direitos das crianças na Educação Infantil, é necessário que haja uma licenciatura em Dança comprometida com a criança em seu currículo. Assim como propõe o movimento da espiral¹⁰, a Licenciatura em Dança deve sair do espaço físico da sala de formação para compartilhar experiências com crianças, professores, artistas e a comunidade educativa.

O direito à cidade como atividade potencializadora da cidadania também tem sido objeto de discussão nas produções acadêmicas. Nessa perspectiva, Adriane da Silva Schmith (2022, p. 13), em sua dissertação “Educação infantil: práticas inovadoras na contemporaneidade – o direito à cidade com olhares potencializadores da cidadania na infância”, busca “compreender de que forma os professores da educação infantil no município de São Bento do Sul – SC percebem e/ou concebem a cidade nas suas práticas pedagógicas na relação com a cidade que educa”. Além disso, Schmith (2022) propõe refletir sobre como os professores podem ser engajados em práticas inovadoras que envolvam as famílias no processo, a partir de ações do cotidiano. Para tanto, foram realizadas reflexões sobre o território, com o olhar para a cidade como contexto de aprendizagem. Pensando nesses contextos de aprendizagem, também se discutiu a oferta da educação infantil fundamentada pelo direito da criança à educação integral. As reflexões desenvolvidas pela autora contribuíram para trazer alternativas para o percurso formador do sujeito na contemporaneidade.

Luisa Marisa Fareleira (2016, p. 6), na dissertação “Prática de ensino supervisionado em educação pré-escolar e ensino do 1º ciclo do ensino básico”, apresenta como objeto a legitimação da criança como sujeito social, cidadã, propondo a cidadania como direito na infância. Nessa perspectiva, a autora definiu como objetivo “compreender como poderia contribuir nos espaços

¹⁰ Simbolicamente, o movimento da espiral representa ascensão, progressão, crescimento e evolução. Essa simbologia é encontrada em diversas culturas e é usada para representar ciclos ou fases que podem indicar tanto crescimento quanto contração, renovação e continuidade, por exemplo.



institucionais para uma educação na cidadania, vivida no presente, e uma educação para a cidadania projetada para uma integração do cidadão também no futuro". A investigação foi realizada no Brasil, em uma instituição de educação infantil no município de Florianópolis, e em Portugal, na cidade de Évora. Para a autora, as instituições educativas devem levar em conta o cotidiano das crianças, nas diversas áreas disciplinares e não disciplinares, pensando sempre numa cidadania participativa, "valorizando as instituições educativas como espaços de aquisição e de desenvolvimento de atitudes e competências do cidadão" (Fareleira, 2016, p. 6).

A questão do preconceito e das práticas de intolerância social e racial nas escolas também tem sido objeto de investigação dos pesquisadores. Nessa perspectiva, Jaqueline Sayuri Suzuki (2019) desenvolveu a dissertação "Da infância ao preconceito: percepção das professoras acerca das práticas de intolerância racial na educação infantil em Gurupi – TO", cujo objetivo foi "analisar o racismo nos Centros Municipais de Educação Infantil de Gurupi – TO a partir do posicionamento desses profissionais e se as práticas pedagógicas relacionam a promoção de igualdade racial que contemplem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil" (Suzuki, 2019, p. 5). Segundo a autora, o meio educacional pode contribuir para perpetuar práticas de racismo na sociedade. Desse modo, a escola deve se posicionar a favor de práticas de promoção da igualdade racial que favoreçam a diminuição de atitudes preconceituosas e racistas, considerando a importância de ações desenvolvidas na primeira infância e a consolidação de uma política educacional igualitária. Foram sujeitos desta pesquisa 29 professoras da Educação Infantil. Os resultados revelaram que a promoção de igualdade étnico-racial nos centros investigados ainda está em processo de desenvolvimento. Os docentes acabam por ser influenciados por uma cultura de negação do racismo no Brasil. Por outro lado, mostram-se interessados em incorporar o assunto em suas práticas pedagógicas, o que requer também o investimento na formação desses profissionais para promover o desenvolvimento de uma prática que favoreça a igualdade racial.

Carolina Faria Alvarenga, Thuanny Aparecida Nogueira e Maria João Cardona (2022, p. 1730), no artigo "A construção de uma política pública de gênero e cidadania na educação de infância portuguesa", tiveram como objetivo "compreender as estratégias e os desafios no processo de construção do Guião de Educação – Gênero e cidadania – pré-escolar, um guião de cidadania e igualdade de gênero para a educação pré-escolar portuguesa". Foram realizadas entrevistas



semiestruturadas com professoras que participaram da construção do guião. A partir de uma abordagem histórica, parte-se dos conceitos de configuração e relações de interdependência para suas discussões e análises. Como pressuposto, as autoras acreditam que somente com o conhecimento do contexto social e da participação dos indivíduos será possível a compreensão de uma política pública. As autoras concluem que a participação das professoras foi imprescindível para a "solidificação dessa política na articulação entre as políticas de igualdade e as políticas de educação" (Alvarenga, Nogueira & Cardona, 2022, p. 1730).

A ciência como direito essencial à cidadania também tem chamado a atenção de pesquisadores, como é o caso de Márcia Rodrigues Fernandes (2022, p. 8). Essa preocupação é revelada na dissertação "A criança e o brincar científico na educação infantil", cujo objetivo foi "investigar elementos de como as experiências das crianças com o mundo físico e natural se manifestam no espaço da Educação Infantil" e também como o brincar e os diferentes modos de aprender e sentir problematizam o planejamento docente. A investigação foi realizada mediante estudo de caso, considerando a abordagem qualitativa. Os resultados foram alcançados por meio da documentação pedagógica que as crianças produziram e revelaram que elas

(...) vivenciam conceitos sofisticados das ciências da natureza cotidianamente nas instituições educativas. Pois ao investigarem o mundo físico e natural, as crianças a princípio observam, manipulam materiais, exploram o espaço, levantam hipóteses e consultam fontes de informações, isto é, experimentam as condições que possuem para pesquisar. Posteriormente, produzem informações e por meio das múltiplas linguagens corporais, gestuais e verbais constroem diferentes imagens que lhes permitem compartilhar suas experiências com a pesquisa e conversar sobre as respostas encontradas. Isso favorece a construção do pensamento com relação ao mundo real e imaginário das ações e simbolizações das interações, comunicações e das informações sobre o que conseguem descobrir e realizar. (Fernandes, 2022, p.8)-

Conclui-se que, para as crianças, é a ação de pesquisar que possibilita a construção do pensamento conceitual. O brincar científico e o planejamento, concebido como um fórum público, proporcionaram uma experiência transformadora para o Centro Municipal de Educação Infantil.

A formação docente para o exercício na Educação Infantil é um espaço fundamental para a reflexão sobre a cidadania e o enfrentamento às diversas formas de violência que permeiam a



sociedade, incluindo a intolerância racial, de gênero e as desigualdades sociais. O contexto brasileiro, marcado pela colonialidade e pela perpetuação de hierarquias opressoras, desafia os educadores a adotarem práticas pedagógicas críticas e humanizadoras (Tavares, Anjos & Oliveira, 2023). Documentos legais como a Constituição Federal de 1988 e o ECA fornecem o alicerce para que a Educação Infantil seja um campo de afirmação dos direitos das crianças, destacando a necessidade de formação inicial e continuada para que professores e professoras possam articular esses direitos com práticas que valorizem a diversidade, respeitem as diferenças e promovam a equidade social.

No Brasil, a pandemia de Covid-19 escancarou ainda mais as desigualdades estruturais, aprofundando a precarização da infância, sobretudo nas populações mais vulneráveis. Crianças negras, periféricas e de baixa renda enfrentaram não apenas a exclusão dos direitos básicos, como educação e alimentação, mas também um aumento significativo das práticas de negligência e violência. Nesse cenário, é essencial que a formação docente transcenda os paradigmas tradicionais e incorpore abordagens interseccionais que questionem o adultocentrismo, o racismo e o patriarcado. A construção de uma educação em direitos humanos, como propõem Finco, Souza & Anjos (2021), deve posicionar a criança no centro das práticas pedagógicas, reconhecendo-a como sujeito ativo na luta contra as múltiplas formas de opressão.

Por fim, as práticas educativas na primeira infância devem ser concebidas como lugares de resistência e transformação social. As perspectivas teórico-metodológicas que consideram as crianças como protagonistas nos processos de aprendizagem reforçam a urgência de superar modelos coloniais e excludentes, promovendo um diálogo entre os saberes locais e globais. A formação docente, nesta perspectiva, não apenas amplia as possibilidades de uma educação não excludente, mas também fortalece o compromisso com a justiça social. Assim, o papel do educador e da educadora vai além de ensinar conteúdos: trata-se de formar cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade que rejeite a violência e celebre a diversidade.

Encerrando a análise sobre a formação docente e as práticas educativas na primeira infância, pode-se afirmar que a promoção da cidadania e o combate às violências de gênero e à intolerância racial constituem pilares essenciais para a construção de uma educação inclusiva e transformadora. As práticas pedagógicas que se orientam por esses princípios não apenas ampliam o horizonte de



direitos das crianças, mas também desafiam estruturas opressoras que historicamente marginalizam sujeitos a partir de suas diferenças. A formação de professores e de professoras, nesse sentido, precisa ser constantemente revisitada e fortalecida, de modo contribuir para que possam lidar com essas questões de forma crítica e consciente, incorporando em suas práticas uma perspectiva de justiça social.

À luz dessa reflexão, o próximo eixo de análise, que trata de "Infância e Cidadania: Políticas de Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças", emerge como uma continuidade do debate anterior. Se a formação docente e as práticas educativas buscam combater violências e promover a igualdade desde a infância, é imprescindível também refletir sobre as políticas públicas que asseguram a proteção e a promoção dos direitos das crianças. Esse eixo possibilita discutir como o Estado e a sociedade civil podem articular-se para garantir que esses direitos sejam efetivamente implementados, além de oferecer um espaço para o debate sobre os desafios que essas políticas enfrentam em contextos de desigualdade e exclusão social.

Ao considerar os dois eixos de forma inter-relacionada, observa-se uma contribuição significativa para o entendimento das infâncias, da educação infantil e da cidadania. A equidade de gênero e a igualdade entre homens e mulheres desde a infância são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e não violenta. Educar as crianças em um ambiente que valorize o respeito mútuo e a diversidade não apenas favorece o desenvolvimento de indivíduos conscientes de seus direitos e responsabilidades, mas também promove uma convivência mais harmônica e solidária. Esse processo educativo, que começa na primeira infância, tem o potencial de formar cidadãos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade que rejeita a violência e promove a dignidade humana em todas as suas formas.

Infância e Cidadania: Políticas de Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças

Este eixo reuniu oito produções acadêmicas: dois Trabalhos de Conclusão de Curso, três dissertações, uma tese e dois artigos científicos. As produções apresentam reflexões em torno da Educação Infantil e suas diferentes interconexões com a cidadania e as políticas de atenção aos direitos das crianças.



Iniciamos pelo Trabalho de Conclusão de Curso de Rosângela Severo Cardoso (2017), intitulado “Educação infantil: um caminho para a cidadania?”. Sua proposta reside em compreender “como a educação infantil no Brasil contribui para o desenvolvimento da cidadania das crianças” (Cardoso, 2017, p. 7). Nesse sentido, propõe-se discutir a história da educação infantil no Brasil e as concepções de infância presentes nesses tempos. As discussões passam também pela legislação brasileira no âmbito da educação infantil e suas conexões com a cidadania. Os resultados desta investigação revelam um importante desafio para os educadores e para a comunidade educativa: pensar em uma educação infantil que realmente possibilite, de forma integral, o desenvolvimento da cidadania nas crianças. Nesse sentido, considera-se importante a ampliação de pesquisas cujo enfoque esteja nas metodologias propostas para a educação infantil, que favoreçam a superação dos problemas enfrentados na construção de uma escola democrática, justa e interconectada com a cidadania das crianças.

Considerando essas políticas de atenção aos direitos das crianças, propostas pela Constituição de 1988 e legitimadas pela LDB de 1996, que reconhece as creches como a 1.^a etapa da Educação Básica, Renata Guimarães de Oliveira (2007) traz para a discussão, em sua pesquisa de mestrado, o processo de integração das creches comunitárias ao Sistema Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Essa discussão pode ser acompanhada na dissertação “Infância, cidadania e educação: um estudo da integração das creches comunitárias ao sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro”. Mediante estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro, foram realizadas entrevistas com agentes de assistência social e educação, diretores e profissionais de creches públicas e comunitárias, além da análise de registros e documentos oficiais das comunidades envolvidas. Os resultados indicaram que, embora tenham ocorrido importantes avanços no campo pedagógico, as creches comunitárias ainda permanecem não integradas ao sistema público de Educação Básica, o que leva a autora a concluir que se mantém a segmentação no sistema público de educação para crianças pequenas, uma vez que a maioria das crianças nas creches comunitárias são de famílias em situação de pobreza. Portanto, o município do Rio de Janeiro ainda não conseguiu alcançar a cidadania pretendida para a infância.

As discussões sobre os direitos da criança, assegurados pela Constituição de 1988, pelo ECA de 1990 e pela LDB de 1996, também aparecem na dissertação de Débora Teodoro da Silva (2022),



intitulada “A infância e o direito à cidadania: o reconhecimento da criança como sujeito histórico pela legislação brasileira – ECA/1990 e LDB/1996”. Mediante pesquisa bibliográfica e documental, a autora buscou responder às seguintes questões: “os direitos adquiridos e assegurados na Constituição Federal de 1988 e nas leis complementares subsequentes, sobretudo o Estatuto da Criança e do Adolescente, foram de fato garantidos e estão sendo efetivados na prática?” (Silva, 2022, p. 10). Também pretendeu “verificar como a família, a escola e a sociedade observam a legislação vigente, como a sociedade vê a criança na contemporaneidade brasileira, se ela é vista como um ser que precisa ser valorizado e necessita ter plenas condições para se desenvolver enquanto sujeito de direitos” (Silva, 2022, p. 10).

Para o estudo, considerou-se a influência do contexto social, cultural e econômico na construção dos conceitos pedagógicos vinculados à infância, bem como o “sentimento da infância”. Os resultados demonstraram a evolução da valorização da infância e o reconhecimento das especificidades da criança, considerando o reconhecimento da educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Em relação ao ECA de 1990, houve um avanço do ponto de vista do marco legal e regulatório dos direitos humanos, porém, a autora afirma que tal legislação não funciona efetivamente. Como conclusão, indicou-se o “aprofundamento nas instâncias de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e adolescência, que norteiam a fiscalização do cumprimento dos preceitos constitucionais regulamentados nas leis complementares” (Silva, 2022, p. 10).

Elizangela André dos Santos (2016) traz para sua dissertação a discussão sobre a educação e o cuidado de crianças de 0 a 3 anos de idade, problematizando a desigualdade em relação à oferta e às condições de permanência nas políticas educacionais. Intitulada “Discursos de conselheiras de direito sobre educação e cuidado de crianças pequenas de zero a três anos”, a autora “descreveu e interpretou os discursos proferidos por conselheiras municipais de direito da cidade de São Paulo sobre educação e cuidado de crianças pequenas de 0 a 3 anos” (Santos, 2016, p. 7). Os resultados revelam que a creche ainda não conquistou um lugar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/SP. Espera-se “afirmar a importância da articulação e reivindicação dos movimentos sociais nos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, no esforço para garantir o direito à educação e cuidado para bebês e crianças



pequenas de até três anos, de forma a dificultar políticas familiaristas e emergenciais em detrimento ao direito à educação infantil de qualidade” (Santos, 2016, p. 7).

Reconhecendo a importância de se trabalhar a socialização e a cidadania com crianças na educação infantil, seja nos diferentes espaços educacionais e para além deles, Maria Cristina Cunha Braga (2020), em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A apropriação cultural de Brasília por crianças na educação infantil”, discute a criança como um ser de direitos, ressaltando a importância de se valorizar as experiências das crianças com a cidade e com a sua cultura. Para tanto, a autora aborda os aspectos históricos que discutem o reconhecimento da cidadania infantil, apresentando documentos legais e referenciais que fundamentam essa perspectiva da criança na sociedade, discutindo questões sobre infância, cidadania e a relação das crianças em Brasília e sua apropriação cultural. Também realizou um estudo sobre as “saídas pedagógicas” realizadas com crianças de uma instituição de educação infantil, para atender à proposta do projeto “Brasília, quintal da nossa escola”, que teve como objetivo “retomar o contato entre a cidade e a população infantil, proporcionando a apropriação cultural e a construção de uma cidadania desde a infância” (Braga, 2020, p. 8). Mediante trabalho de campo e entrevistas narrativas com as professoras da instituição, foi possível perceber a importância da descoberta dos espaços pelas crianças pequenas, que pode levar à apropriação cultural e à cidadania ativa.

Tassio José da Silva (2019) problematiza a cidadania na infância e a possibilidade de participação das crianças na estrutura político-social das sociedades. Essa discussão pode ser acompanhada no artigo “Queremos o nosso playground! Participação e cidadania na infância: entraves e possibilidades”. O estudo é inspirado pelas “configurações do protesto das crianças do Quênia, aliadas à análise de documentos recentemente publicados por organismos internacionais” (Silva, 2019, p. 104), na tentativa de encontrar quais são os entraves e as possibilidades em relação à participação das crianças como sujeitos de direitos “O processo de construção e fortalecimento de uma pedagogia da educação infantil, somado à consolidação de mecanismos teóricos e práticos que efetivem o protagonismo político e social das crianças, apresenta-se como uma questão fundante na atualidade” (Silva, 2019, p. 104).

Rodrigo Saballa de Carvalho e Sandro Machado (2023), no artigo “Infância e cidadania no filme Cafarnaum: afinal, quem é a criança sujeito de direitos?”, discutem as relações entre infância



e cidadania a partir da análise do filme “Cafarnaum”, produzido pela diretora Nadine Labaki. “O filme retrata a vida de Zain e os desafios enfrentados por ele no contexto do abandono parental e da negligência do Estado em relação à luta do menino pela sobrevivência” (Carvalho & Machado, 2023, p. 181). Os autores apoiam-se em discussões a respeito das “infâncias apagadas” de Stuart Aitken, dos processos eurocêntricos de colonização da infância de Manfred Liebel e da criança como sujeito de direitos, para questionar quem é essa criança sujeito de direitos.

Preocupado com a educação de crianças de três anos para o exercício da cidadania, Otávio Henrique Ferreira da Silva (2022) propôs-se conhecer o que pensam e fazem as professoras e a família da comunidade educativa de uma instituição de educação infantil da periferia em relação a essa questão. Essa preocupação pode ser acompanhada na tese “A (não) educação da primeira infância periférica para a cidadania: por saberes e fazeres decoloniais e emancipatórios”. Nessa investigação, foram delineados os seguintes objetivos:

- a) conceituar o que são sujeitas e sujeitos da comunidade escolar de uma instituição de educação infantil da periferia; b) conceituar o que é cidadania e sua relação com as lutas emancipatórias; c) discutir as concepções de cidadania das professoras e das famílias de crianças de três anos de uma turma de creche da educação infantil; d) identificar como a cidadania se materializa ou não nas ações cotidianas no contexto da instituição de educação infantil e familiar-social das crianças da turma de creche 3 pesquisada; e) analisar como as concepções das famílias e professoras sobre a cidadania se relacionam com a educação das crianças oprimidas-periféricas. (Silva, 2022, p. 10)-

Mediante uma abordagem qualitativa e estudo de caso do tipo etnográfico, a pesquisa baseou-se nos fundamentos da ético-ontopistemologia ativista dos estudos decoloniais emancipatórios. Os dados e as informações foram coletados em uma turma de crianças de 3 anos de idade, em um Centro Infantil Municipal de Palmares. Foram realizadas entrevistas com 3 professoras e 5 famílias, além de observação participante e análise de documentos. Os resultados da pesquisa de Silva (2022) revelam que a educação das crianças, especialmente em contextos periféricos, ocorre sob uma "encruzilhada" de influências. Embora os processos educativos sejam permeados por normalizações, padrões de comportamento, moralizações e discursos que reproduzem as lógicas de controle e conformidade da sociedade moderna-capitalista-colonizadora e eurocêntrica, a prática educativa nas periferias também carrega potencialidades contra-colonizadoras e emancipadoras.



Segundo o autor, educadores e famílias periféricas, apesar dessas pressões, buscam ensinar às crianças caminhos de solidariedade, desenvolvendo nelas uma consciência crítica, empoderamento, antirracismo e uma convivência coletiva que transcende os padrões hegemônicos impostos, formando sujeitos capazes de resistir às estruturas opressoras e projetar novas formas de existência e sociabilidade.

A promoção dos direitos das crianças e a proteção da infância são pilares fundamentais de uma sociedade que busca equidade e justiça social. A Constituição Federal de 1988, o ECA de 1990 e o Marco Legal da Primeira Infância destacam a prioridade absoluta das crianças nas políticas públicas, reconhecendo-as como pessoas plenas de direitos. No entanto, desafios persistem em sua implementação prática, especialmente em contextos marcados pela pobreza e exclusão social. Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer a interseccionalidade das experiências infantis, como demonstram as análises de Silva (2019) e Carvalho e Machado (2023), que abordam a negligência do Estado e as desigualdades de gênero e raça que afetam as crianças. As políticas de proteção precisam ir além do reconhecimento formal dos direitos, enfrentando as discriminações estruturais que impactam desproporcionalmente crianças negras, periféricas e de famílias de baixa renda. A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, torna-se um espaço privilegiado para desconstruir preconceitos e promover valores de respeito à diversidade e à igualdade.

As práticas pedagógicas na Educação Infantil precisam questionar estereótipos e promover a pluralidade, como sugerem Anjos, Oliveira e Araújo (2022). A segregação de brincadeiras por gênero e a naturalização de papéis sociais discriminatórios continuam a ser reproduzidas nas instituições educativas, reforçando hierarquias e desigualdades. Essas práticas contrastam com o potencial da Educação Infantil de ser um espaço para a emancipação das crianças e de respeito às diferenças. Incorporar discussões de gênero, raça e classe na formação docente e nos currículos das instituições educativas é essencial para construir uma pedagogia comprometida com a justiça social.

Por fim, a relação entre infância e cidadania exige ações que articulem proteção legal, práticas educativas transformadoras e políticas públicas intersetoriais. A pesquisa de Silva (2022) destaca a necessidade de abordar as "encruzilhadas" das influências sociais, culturais e econômicas que moldam a vida das crianças, especialmente em contextos periféricos. A Educação Infantil, quando



alinhada a princípios emancipatórios e decoloniais, pode contribuir significativamente para formar cidadãos e cidadãs conscientes e engajados. Contudo, é necessário um esforço coletivo entre famílias, educadores e educadoras e poder público para superar as barreiras estruturais e culturais que ainda limitam o pleno desenvolvimento das crianças e a consolidação de seus direitos como cidadãos e cidadãs de pouca idade.

Considerações Finais

Este artigo oferece uma síntese crítica da produção acadêmica recente que examina as intersecções entre infância(s), educação infantil e cidadania, com especial atenção às questões de igualdade e equidade entre homens e mulheres desde a infância. Ao explorar a literatura acadêmica, o estudo busca destacar a importância de se pensar em práticas educativas que, desde os primeiros anos de vida, promovam a cidadania e combatam as violências. Essa ênfase reflete a necessidade de pensar em uma educação que vá além da simples instrução formal, comprometendo-se com a formação de sujeitos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e não violenta, onde a diversidade, as diferenças e os direitos humanos são respeitados.

A organização da análise em dois eixos principais — formação docente e práticas educativas voltadas à cidadania e políticas públicas para a infância — permitiu uma compreensão aprofundada das contribuições teóricas e práticas sobre o tema. A reflexão proporcionada por esses eixos destaca o papel central que educadores e políticas públicas desempenham no desenvolvimento de uma sociedade que valorize a igualdade desde a infância. A equidade de gênero, promovida de forma intencional nos primeiros anos de vida, surge como um caminho essencial para uma convivência mais harmoniosa, na qual a igualdade de direitos entre homens e mulheres é cultivada desde a educação infantil, estabelecendo bases sólidas para a não-violência e o respeito mútuo.

O eixo sobre formação docente e práticas educativas na primeira infância destaca a integração essencial entre a promoção da cidadania e o combate às violências de gênero e à intolerância racial nas práticas pedagógicas. As discussões apontam que a formação de professores deve incorporar uma abordagem crítica e consciente das questões de igualdade e direitos humanos, refletindo diretamente nas práticas educativas. É fundamental que a formação docente inclua componentes que abordem não apenas os direitos humanos e a cidadania, mas também a diversidade cultural e



a igualdade de gênero, preparando os educadores para criar ambientes de aprendizagem inclusivos e respeitosos.

Além disso, as práticas pedagógicas devem ser desenhadas para promover a cidadania e o respeito mútuo desde a primeira infância, desafiando estruturas opressoras e preconceituosas. A integração de temas como o direito à cidade e a igualdade racial nas atividades educativas é crucial para garantir que as crianças desenvolvam uma compreensão profunda e consciente de seus direitos e responsabilidades. A formação docente, portanto, deve ser constantemente revisada e fortalecida, garantindo que os educadores e as educadoras estejam preparados e preparadas para lidar com essas questões de forma sensível, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O eixo sobre "Infância e Cidadania: Políticas de Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças" oferece uma visão abrangente sobre a interseção entre educação infantil e cidadania, destacando as políticas e práticas voltadas para a proteção e promoção dos direitos das crianças. As discussões refletem a importância de considerar a educação infantil como lugar para o desenvolvimento da cidadania desde os primeiros anos de vida. É fundamental que as políticas educacionais integrem uma abordagem que valorize a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, promovendo um ambiente que possibilite o reconhecimento dos direitos das crianças e a efetivação da cidadania. As análises apontam para a necessidade de superar as segmentações no sistema educacional, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas origens socioeconômicas, tenham acesso a uma educação de qualidade que fomente seu desenvolvimento pleno como sujeitos de direitos.

Além disso, o eixo aborda a relevância da legislação e das políticas públicas no fortalecimento dos direitos das crianças, enfatizando a necessidade de uma implementação efetiva das normas estabelecidas. Os trabalhos indicam que, apesar dos avanços legais, muitos desafios persistem na prática, como a questão das creches e o sistema público educacional e a aplicação efetiva das leis que garantem os direitos de todas as crianças, desde bebês. As discussões também destacam a importância de uma formação docente que considere as especificidades da infância e a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a cidadania e a inclusão. A análise das diferentes dimensões da cidadania infantil e a reflexão sobre as práticas educativas em contextos diversos são



cruciais para construir uma educação que realmente atenda às necessidades e direitos das crianças, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

As pesquisas analisadas ressaltam que a educação infantil vai além da mera transmissão de conteúdos formativos; ela deve integrar de forma indissociável o cuidar e o educar, com o objetivo de formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Nesse contexto, as práticas educativas precisam ser planejadas de modo a promover a igualdade de gênero e combater todas as formas de violência desde a primeira infância. Para isso, é fundamental fortalecer a formação docente, qualificando-os para criar ambientes inclusivos e igualitários que promovam a diversidade. Essa abordagem reflete a urgência de preparar futuras gerações para atuarem na sociedade com uma compreensão clara sobre respeito, justiça social e equidade.

A análise das políticas públicas voltadas para a infância destaca a necessidade de um alinhamento mais eficaz entre a legislação e sua implementação prática. Embora tenham ocorrido avanços significativos, como a Constituição de 1988 e o ECA de 1990, persistem lacunas que comprometem a plena garantia dos direitos das crianças. As políticas públicas devem assegurar a inclusão efetiva de todas as crianças nas instituições educativas, independentemente de sua origem socioeconômica, proporcionando acesso a uma educação de qualidade. A promoção da cidadania desde a infância precisa ser uma prioridade nas agendas políticas e educacionais, demandando um esforço contínuo para enfrentar e superar as desigualdades existentes.

As contribuições da produção acadêmica recente sublinham a necessidade de uma abordagem educativa que vá além da teoria e se traduza em práticas concretas e transformadoras. A formação docente deve incluir uma perspectiva crítica sobre gênero e violência, capacitando os educadores a reconhecer e enfrentar essas questões em seu cotidiano educacional. As práticas pedagógicas precisam ser projetadas para desenvolver a consciência crítica das crianças em relação às desigualdades e injustiças sociais, preparando-as para atuar de forma ativa e responsável em uma sociedade mais justa.

Para pesquisas futuras, dentre outros aspectos, é fundamental explorar, de modo mais aprofundado, como as práticas educativas podem ser pensadas e construídas para promover uma cidadania inclusiva e igualitária desde os primeiros anos de vida. Perguntas interessantes para investigação incluem: Como a formação docente pode ser planejada para abordar questões de



gênero e violência de maneira? Que estratégias têm sido construídas para integrar a educação sobre e para a cidadania e os direitos humanos nas atividades diárias das creches e pré-escolas e escolas? Como superar as barreiras na implementação das políticas públicas para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação que promova a igualdade entre homens e mulheres de todas as idades?

Continuar investigando essas questões é crucial para construir um futuro mais equitativo e justo. A educação infantil desempenha um papel fundamental na educação e cuidado das crianças, e é essencial que essa etapa inicial da educação contribua para a construção de uma sociedade em que os direitos humanos e a igualdade de gênero sejam plenamente respeitados. Pesquisadores, docentes e militantes em defesa dos direitos das crianças devem se engajar ativamente nessa causa, buscando constantemente maneiras de aprimorar a educação infantil para combater as violências e promover a cidadania, contribuindo assim para a criação de um mundo mais justo, humano e igualitário.

Referências Bibliográficas

- Alvarenga, C. F., Nogueira, T. A., & Cardona, M. J. (2022). A construção de uma política pública de gênero e cidadania na educação de infância portuguesa. *Zero-a-Seis*, 24, 1730-1755. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e87712>
- Anjos, C. I., Oliveira, M. S. S., & Araujo, L. A. (2022). Gênero na educação infantil: Notas sobre políticas, formação e práticas educativas. *Interacções*, 18(1), 112–140. <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/27034>
- Braga, M. C. C. (2020). *A apropriação cultural de Brasília por crianças na educação infantil* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Brasília]. Brasília.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil. (1990). Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990/D99710.htm



- Brasil. (1993). Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Brasil. (2009). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Diário Oficial da União*. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/RESOLUCAO_CNAS109.pdf
- Brasil. (2014). Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
- Brasil. (2015). Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. *Diário Oficial da União*. <https://www.planalto.gov.br>
- Brasil. (2016). Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016). *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm
- Cardoso, R. S. (2018). *Educação infantil: um caminho para a cidadania?* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal Fronteira Sul]. Erechim, RS.
- Carvalho, R. S. de, & Machado, S. (2023). Infância e cidadania no filme *Cafarnaum*: Afinal, quem é a criança sujeito de direitos? *Textura - Revista de Educação e Letras*, 25(61), 181-201.
- Deffaci, K. S. (2021). *Espiral – Educação somática e primeira infância na licenciatura em dança* (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas). Campinas.
- Fareleira, L. M. (2016). *Prática de ensino supervisionada em educação pré-escolar e ensino do 1.º ciclo do ensino básico: Cidadania na infância: contributos para uma educação na e para a cidadania* (Dissertação de mestrado, Universidade de Évora). Évora.
- Fernandes, M. R. (2022). *A criança e o brincar científico na educação infantil* (Dissertação de mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Curitiba.
- Finco, D., Souza, E. L., & Anjos, C. I. (2021). Efeitos da pandemia e o aumento das desigualdades na vida das crianças: Diálogos sobre violências e indiferenças. *Humanidades & Inovação*, 8(1), 12–24. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5734>
- Nalepa, M. (2021). *A cidadania na formação de professores dos centros municipais de educação infantil em um município do estado do Paraná* (Dissertação de mestrado, Centro Universitário Internacional Uninter). Curitiba.



- Oliveira, R. G. de. (2007). *Infância, cidadania e educação: um estudo da integração das creches comunitárias ao sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense). Niterói.
- Santos, E. A. dos. (2016). *Discursos de conselheiras de direito sobre educação e cuidado de crianças pequenas de zero a três anos* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo.
- Schmidt, A. da S. (2022). *Educação infantil: práticas inovadoras na contemporaneidade - o direito à cidade com olhares potencializadores da cidadania na infância* (Dissertação de mestrado, Centro Universitário Internacional – Uninter). Curitiba, PR.
- Silva, D. T. da. (2022). *A infância e o direito à cidadania: o reconhecimento da criança como sujeito histórico pela legislação brasileira – ECA/1990 e LDB/1996* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia). Uberlândia. <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.546>
- Silva, M. R. P. da. (2021). Criança, infância e cidadania: Diálogo de inspiração em Paulo Freire. *Revista Espaço Pedagógico*, 28(1), 359-379. <https://doi.org/10.5335/rep.v28i1.10088>
- Silva, O. H. F. da. (2022). *A (não) educação da primeira infância periférica para a cidadania: por saberes e fazeres decoloniais e emancipatórios* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte.
- Silva, T. J. (2015). Queremos o nosso playground! Participação e cidadania na infância: Entraves e possibilidades. *Revista Veras*, 5(2), 104-120. <https://doi.org/10.14212/veras.vol5.n2.ano2015.art219>
- Suzuki, J. S. (2019). *Da infância ao preconceito: percepção das professoras acerca das práticas de intolerância racial na educação infantil em Gurupi - TO* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins). Palmas.
- Tavares, M. J. B. S., Anjos, C. I., & Oliveira, E. M. B. (2023). A colonialidade na trajetória da educação infantil brasileira: Impasses na construção das concepções de criança e de infância. *Humanidades & Inovação*, 10(1), 152–165. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8632>
- Tonucci, F. (2005). *Quando as crianças dizem: agora chega!* Artmed.